

A Parceria Estratégica Sino-brasileira E A Inserção Chinesa Na Região Do Matopiba

Paloma Guitarrara
paguitarrara@hotmail.com
Unicamp

Introdução

O final da Segunda Guerra Mundial representou um importante marco para a estrutura econômica global, uma vez que os seus desdobramentos conduziram à redefinição do sistema monetário e financeiro internacional assim como o estabelecimento de dois polos ideológicos que compuseram a conjuntura política internacional por pouco mais de quatro décadas, fazendo surgir dinâmicas socioespaciais díspares e relativamente isoladas umas das outras que, num futuro próximo, estariam envoltas em disputas diretas pelo protagonismo econômico. Trata-se aqui dos Estados Unidos e da China, sendo o processo que tornou esta a principal economia asiática e atualmente e uma das mais importantes nações em desenvolvimento, conforme descreve a literatura, um dos nossos objetos de análise no presente trabalho.

A China viveu um longo período de isolamento com relação às nações vizinhas e a potenciais parceiros comerciais tanto em decorrência de questões de ordem política e diplomática que tiveram origem ainda na sua era imperial, quanto em função do seu alinhamento ideológico durante a Guerra Fria, que a aproximou da União Soviética e de países do Leste Europeu, mas a deixou cada vez mais distante de alguns países do Norte, principalmente dos Estados Unidos, assim como do Brasil. No caso brasileiro, foram feitas algumas tentativas de aproximação durante a década de 1960, mas o fato de o nosso país estar sob um regime ditatorial totalmente avesso à ideologia comunista em voga na China dificultou o avanço de qualquer projeto conjunto, tendo sido o diálogo restabelecido apenas na metade da década de 1970.

Os anos setenta são particularmente importantes para ambos os países em termos de rearranjo territorial: enquanto o Brasil passava por um novo processo de expansão de suas fronteiras agrícolas, com o avanço da produção para porções do Cerrado no Centro-Norte do país, tem início na China de Deng Xiaoping uma série de reformas estruturais que vão redefinir o papel político e econômico desse país no cenário internacional, reformas essas pautadas pela relativa liberalização da sua economia e pela rápida urbanização e industrialização que tiveram, como consequência, dentre outros, o esgotamento das terras férteis e a redução da área total disponível para cultivo, de um lado, e o aumento da demanda por alimentos e a diversificação na dieta de sua população, de outro. É na convergência desses diferentes contextos nacionais que se encontra o ponto central de nosso trabalho.

Objetivos

O principal objetivo do trabalho é a apresentação e discussão da inserção chinesa através da importação direta de commodities agrícolas e projetos de infraestrutura – na maior parte das vezes diretamente ligados às cadeias produtivas do agronegócio – a serem desenvolvidos na região do MATOPIBA, composta pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia e que se localiza na porção Centro-Norte do território nacional, para onde se direcionou nas últimas três décadas o processo de expansão da fronteira agrícola brasileira, procurando analisar quais as suas consequências para a dinâmica espacial daquela região.

Quanto aos objetivos específicos, nosso artigo se volta para: a apresentação de um breve resgate histórico para o entendimento do contexto em que se dá o surgimento de uma China cada vez mais demandante de novos produtos agrícolas, notadamente de grãos; análise da aproximação e a reaproximação entre o Brasil e a China, sobretudo no campo comercial, e compreensão das transformações na pauta exportadora a partir do início dos anos 2000, quando o país asiático se torna um dos principais consumidores das *commodities* agrícolas brasileiras; apresentação de dados referentes aos fluxos de grãos estabelecidos entre a região do MATOPIBA e a China e, finalmente, apresentar quais são os principais projetos e empreendimentos a serem desenvolvidos com a participação do capital chinês na área de estudo.

Metodologia

Para a composição do presente artigo, debruçamo-nos inicialmente sobre as principais produções escritas a respeito da temática abordada, a saber: livros, tanto voltados ao entendimento do desenvolvimento da economia chinesa quanto aqueles que se voltam à análise do papel do agronegócio na fase atual do capitalismo e as formas de expropriação dele derivadas, perpassando pela expansão das fronteiras agrícolas e a formação do MATOPIBA propriamente dita; relatórios produzidos por instituições como o Conselho Empresarial Brasil-China (referido aqui a partir de agora como CEBC) que se dedica ao mapeamento dos investimentos realizados por empresas chinesas no Brasil, assim como dos novos acordos comerciais e quaisquer outras operações que estejam no mesmo escopo; e relatórios dedicados aos casos de inserção do capital internacional nos campos brasileiros, como aqueles produzidos pela Rede DATALUTA.

No que tange aos dados quantitativos que apresentaremos no trabalho, destacamos quatro fontes consultadas: China Statistical Yearbook, do qual fizemos uso dos números referentes à população chinesa para constatar os movimentos do crescimento populacional; Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), que, em sua sessão sobre a China, disponibiliza uma série de dados que nos auxiliaram na análise da estrutura fundiária chinesa, da produção, da área plantada e do consumo de grãos naquele país. Outra fonte de dados por consultada foi a Concórdia, do Ministério das Relações Exteriores, o qual disponibiliza uma série de documentos e acordos assinados

entre o Brasil e outras nações, buscando com isso estabelecer uma espécie de linha temporal dos principais acordos que foram estabelecidos entre nosso país e a China. Em se tratando da compra e venda de *commodities* agrícolas, utilizamo-nos da base de dados ComexStat, do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), a qual traz a especificação por Estado do total exportado. O período selecionado é o que vai de 2000 a 2017. Por fim, identificaremos alguns dos principais empreendimentos que possuem participação direta do capital chinês que estão sendo realizados ou têm planos de serem realizados nos limites dos estados que compõem o MATOPIBA a partir dos relatórios bimestrais disponibilizados pelo Ministério do Planejamento em seu site.

Resultados Preliminares China Em Transformação

Assim como quando da análise da evolução de qualquer contexto nacional, não podemos ignorar as diversas conjunturas políticas e econômicas que se instalaram na China e que conduziram o país ao cenário observável nos dias atuais, sobretudo em se tratando do estudo do ordenamento espacial. Tendo em vista que nosso trabalho se interessa pela maneira como se desenvolve a necessidade pela importação de produtos agrícolas em escalas sem precedentes para aquele país, convencionamos tomar como ponto de partida para a nossa exposição o período maoísta, que vai de 1949 até 1976.

Um dos principais aspectos desse período, que podemos extrair a partir da literatura sobre a economia chinesa, é a relevância dada para a industrialização, sendo a maioria das políticas elaboradas no intervalo de tempo supracitado voltadas a um processo rápido e intenso de desenvolvimento industrial. Não obstante a priorização da construção de um parque industrial nacional, é preciso fazer a ressalva de que esse processo se dava de forma extremamente concentrada espacialmente: em função da maior concentração populacional que se constata no território chinês na sua porção leste, e pelo fato de ser a sua única saída para o oceano, a indústria chinesa passa a se concentrar nesse faixa territorial, o que, por conseguinte, leva à também aglomeração urbana que passa a surgir nesse local. Dito de outra forma, a concentração da indústria determina a transformação no uso da terra em boa parte do território chinês considerado de maior potencial agrícola em decorrência das condições geomorfológicas e climáticas, o que trará consequências irreversíveis no longo prazo.

É quase consenso na literatura que a atividade agrícola que passou a se desenvolver na China de meados do século XX se focava mais no suprimento de matérias-primas para a indústria do que para o abastecimento propriamente dito. Esse fato se torna ainda mais evidente quando Naughton (2007) e Brown (1995) descrevem a transferência de mão-de-obra que é feita da zona rural para a urbana, ainda que houvesse um esforço do Estado em manter parte da sua população no campo. Diante disso, o que podemos concluir é que as políticas levadas a cabo para a viabilização de um setor industrial de peso acabou por promover o aprofundamento das desigualdades espaciais, o que leva ainda ao agravamento das desigualdades sociais.

Um episódio emblemático e catastrófico do que foi a transferência de recursos está no curto intervalo em que foi implantado um conjunto de medidas que ficou conhecido como Grande Salto Adiante (1958 – 1960), sendo esse episódio o da Grande Fome, que vai de 1959 até 1961. Ao passo em que a indústria pesada se desenvolvia e exigia cada vez mais mão-de-obra, a produção absoluta de grãos decaía, seguindo essa tendência também para o montante de terras cultivadas, fatores esses que levaram ao encolhimento da produção de alimentos no período e, por conseguinte, ao desabastecimento da população. É esse cenário encontramos uma das principais bases para o entendimento da crescente posição que a China iria assumir no mercado global de *commodities* agrícolas, indo de encontro às conclusões de Brown (1995) de presença de uma memória intrínseca à psique chinesa do período mais severo de escassez conduzindo, de acordo com o autor, a uma busca contraditória entre a autossuficiência no setor agrícola e a constante expansão da indústria (BROWN, 1995, p. 102).

É preciso que ressaltamos ainda outro processo que se desenrola simultaneamente à industrialização que é a ampliação das áreas urbanizadas. Tomando o final da década de 1970 como ponto de partida, uma vez que representa a transição entre diferentes períodos da história econômica chinesa, adentrando agora em uma era de consolidação de sua indústria e de maior liberalização, tendo quadros mais claros que indicam a transformação no uso do solo, constata-se uma perda total na área plantada com grãos de 6,8 milhões de hectares entre 1978 e 1998 (USDA, 2010). Considerando apenas a cultura da soja, temos que a produção variou de 7.940 mil toneladas em 1980 para 10.227 mil toneladas no final dessa década, atingindo um pico produtivo de mais de 12 milhões de toneladas em 1987. Contrariamente a esse padrão, a área plantada foi de 7.227 mil hectares no início dos anos 80 para 7.718 mil hectares em 1995, fechando a década com 8.057 mil hectares. Observamos uma oscilação no total plantado com soja durante o período destacado, fato que pode ser verificado em quase todas as demais culturas praticadas na China (USDA, 2010).

Sendo assim, um dos problemas derivados da redução das áreas disponíveis para o cultivo agrícola é a maior exigência daquelas terras que estão em uso, levando à sua saturação e esgotamento químico (HOERING; SAUSKIMAT, 2011), tendo em vista que a população chinesa não cessou de crescer desde meados do século XX, com exceção do caso já citado da Grande Fome. Em termos absolutos, os números saltam de 962.590.000 em 1978 para 1.259.090.000 habitantes em 1999, o que representa uma taxa de 1,46% ao ano (China Statistical Yearbook, [s.d.]). Para além do acréscimo já esperado na demanda de alimentos que o crescimento populacional implica, há outro fenômeno que é destacado na literatura, sobretudo por Brown (1995), que são os novos produtos que são inclusos na dieta da população chinesa nesse período, fruto, dentre outros, do novo modo de vida que se desenvolve nos meios urbanos e da variação positiva dos salários das famílias chinesas (BROWN, 1995, p. 45).

A transformação que tem maior relevância para a nossa discussão sobre o papel do capital chinês no agronegócio nacional é o aumento de consumo de proteína animal que

eleva a demanda de grãos no país, os quais são utilizados para a manutenção do estoque vivo através da produção de ração. A produção de carne na China salta de 8.563 mil kg em 1978 para mais de 60 mil kg no início dos anos 2000 (USDA, 2010), apenas para citar um exemplo de como se dá a variação desses estoques e, por conseguinte, das dimensões que a demanda por grãos vão adquirir em função desse fenômeno. Não podemos deixar de pontuar que esse é apenas um dos padrões que vão induzir à necessidade de importação de *commodities* agrícolas por parte da China, tendo ainda a influência do padrão de produção dos agricultores que, em decorrência da demanda crescente por outros produtos vegetais que previamente não se encontravam na dieta da população, acabam por ver mais vantagens comerciais na sua produção e deixam de lado a produção de grãos, ainda intensamente controlada pelo Estado (HOERING; SAUSKIMAT, 2011).

Em suma, podemos identificar nos anseios de industrialização da China as origens dos percalços atuais que aquele país vem enfrentando com a agricultura, mais especificamente com o abastecimento interno de grãos, notadamente a soja. Mais do que resultado de políticas que colocavam o setor secundário como prioridade, Hoening e Saskimat (2011) apontam que a agricultura também foi “sacrificada”, para usar um termo dos próprios autores, pela liberalização que teve início no final da década de 1970 e culmina, nos anos 2000, com o ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) que, de acordo com os referidos autores, leva o país a reduzir as barreiras para a importação de produtos agrícolas em função do acesso ao mercado mundial de seus produtos manufaturados (HOENING e SAUSKIMAT, 2011, p. 11). Utilizando-nos da análise feita por Zhang Xioashan (*apud* HOERING e SAUSKIMAT, 2007, p. 22) pesquisador do *Institute for Rural Development* da Academia Chinesa de Ciências Sociais, pode-se dizer que a China agora, enfrentando uma escassez de terras e de água para a irrigação – um dos recursos que é desviado para as cidades, em decorrência do aumento da atividade industrial –, o país se torna dependente das terras e recursos hídricos de outros países, dentre eles o Brasil.

Os Caminhos que Levaram à Parceria: Breve Contextualização da Parceria Estratégica Brasil-China

As relações bilaterais entre Brasil e China são tão antigas quanto se possa imaginar, tendo início ainda na segunda metade do século XIX com a assinatura do “Tratado de amizade, comércio e navegação” no dia 24 de agosto de 1882. Deste ano até 1962, ambos os países estabeleceram uma série de acordos e tratados que propunham a cooperação em diversas áreas, não se restringindo apenas à esfera do comércio. Exemplo disso é o primeiro acordo de cooperação cultural assinado no ano de 1946, que futuramente acaba sendo visto como uma “ameaça” à política nacional, conforme veremos na sequência.

A década de 1960 é particularmente conturbada quando se analisa as relações diplomáticas entre o Brasil e a China, o que se dá muito em função do contexto político externo, por um lado, e das mudanças radicais no regime político brasileiro no ano de

1964. Temos, por conta do seu alinhamento ideológico para com a extinta União Soviética, o isolamento político da China no cenário internacional, o que se agrava ainda mais por conta da Revolução Cultural que dura uma década (1966 – 1976). Por outro lado, tem-se em curso no Brasil a instalação de uma Ditadura Militar, que, na tentativa de afastar as ameaças que a ideologia comunista poderia representar, acabam por interromper quaisquer tipos de relações entre Brasil e China.

Conforme relata Biato Júnior (2010), sete anos após o golpe militar há uma tentativa de reaproximação entre ambos os países, simbolizada pela visita de uma comitiva de empresários à famosa Feira de Cantão, organizada desde 1957. Diante de um cenário internacional em transformação, no qual mesmo os Estados Unidos ensaiavam uma reaproximação com o país asiático, havia no Brasil a consciência de que uma nova postura perante a China era necessária (BIATO JÚNIOR, 2010, p. 40). É apenas dois anos mais tarde, em 1974, que há a retomada das relações diplomáticas entre Brasil e China, não sem um clima de desconfiança que cessa apenas dez anos mais tarde, tendo em vista o rápido crescimento econômico chinês e a oportunidade que o Brasil teria, então, de intensificar os fluxos de mercadorias para aquele país (BIATO JÚNIOR, 2010).

A primeira metade da década de 1980 é marcada pelo início das parcerias no setor de infraestrutura, com grande destaque para o setor hidrelétrico. Centrando-nos no comércio de mercadorias, o Brasil que era um grande fornecedor de produtos manufaturados para a China vai perdendo esse papel gradativamente em função do desenvolvimento da indústria pesada no país asiático, o qual, agora, tem sua demanda por matérias-primas como o minério de ferro no topo de seus interesses comerciais (BIATO JÚNIOR, 2010). Conforme tratamos anteriormente, a década de 1980 representa ainda o início das dificuldades de atendimento da demanda interna por produtos agrícolas, passando a China a adquirir o montante complementar do exterior, passando o Brasil a ser um de seus principais fornecedores.

Sendo assim, focando apenas na agricultura, o impulso que a venda de *commodities* sofre a partir da década de 1990 ainda não é suficiente para que os investimentos diretos (IED) nesse setor por parte de empresas chinesas tivesse alguma relevância para o cenário nacional. No entanto, o relatório produzido pelo CEBC em 2012 indica que a realização de IED passa a ser promovida pelo governo chinês como uma forma de aprofundar as reformas em curso no país, assim como de servir de apoio ao atendimento de sua demanda por produtos primários (CEBC, 2012). Nesse cenário, em 1993, acontece a formalização da Parceria Estratégica Brasil-China, se tornando o setor agrícola um dos principais alvos dos comerciantes e empresários chineses (BIATO JÚNIOR, 2010).

Fator escasso no seu país, a China demonstra grande interesse no mercado de terras brasileiro, com a expectativa de ampliar a oferta de grãos para o seu próprio abastecimento e satisfazer sua demanda crescente por grãos. No entanto, é apenas em 2003 que os primeiros indícios ou registros de aquisição de terras por chineses no Brasil vão aparecer, restringindo-se as parcerias, nesse setor, apenas ao escoamento de produtos como a soja, o milho e o algodão. É a Chinatex Corporation uma das primeiras companhias chinesas a

investir em terras agrícolas no Brasil no ano em questão (OLIVEIRA, 2015). Interessada em ampliar sua produção, conforme levantamento feito por Oliveira (2015), a empresa se mostrava ainda interessada na compra de terras para a construção de silos de armazenagem e terminais portuários (OLIVEIRA, 2015, p. 9).

As informações reunidas por Oliveira (2015), junto de levantamento por nós realizado, indicam que os investidores chineses têm preferência por áreas de recente expansão da fronteira agrícola, sendo o caso dos Cerrados do Centro Oeste e Centro Norte do Brasil, onde se encontra a região do MATOPIBA. Um dos empreendimentos mais antigos de compras de terras acontece justamente no Tocantins, onde a Zhejiang Fudi Agriculture Company em parceria com a Hilongjang State Farm Company adquirem uma fazenda de 16.000 hectares entre 2007 e 2008. Em função das dificuldades de gerenciamento e manutenção, no entanto, a Fudi revende sua parcela para a Chongqing Grain Group em 2011 (OLIVEIRA, 2015, p. 10). De acordo com o autor, a empresa que abriu mão das terras o fez para se concentrar na comercialização (importação) e na produção em seu próprio país (idem, p. 10).

Sendo assim, passemos à análise dos dados referentes à inserção chinesa na região do MATOPIBA, uma vez que tem se observado um movimento crescente de projetos a serem realizados naquela região, não apenas de compra de terras mas principalmente relacionados à movimentação de cargas e ao escoamento da produção de um modo geral, o que transforma de maneira definitiva o ordenamento espacial daquela região e as dinâmicas sociais que ali se desenvolvem.

Inserção Chinesa no Matopiba

Quando nos voltamos ao estudo das diferentes maneiras através das quais se dá a inserção do capital chinês nos estados que compõem o MATOPIBA, podemos dividi-las em três frentes de análise: a aquisição direta do produto, a compra de terras e os investimentos diretos, sendo estes, para o presente trabalho, considerados aqueles realizados em projetos de infraestrutura e logística. Antes de partirmos para a apresentação dos dados, frisamos que são resultados preliminares de pesquisa de Mestrado que ainda se encontra em andamento.

Pensando na aquisição direta, daremos preferência à soja, que é atualmente o principal produto de importação chinesa produzido na área referida. A China adquiriu, entre 2000 e 2004, 159.139 toneladas de soja provenientes apenas de dois estados da região: Maranhão e Tocantins. A partir de 2005, entretanto, os quatro estados passam a fornecer o produto. A partir de 2010 é a Bahia que lidera as exportações, tendo, entre 2010 e 2014, enviado 5,5 milhões de toneladas ao país asiático. O segundo lugar fica com o Maranhão, que exporta pouco mais de 3 milhões de toneladas no mesmo período. Os anos de 2015 e 2016 experimentam uma queda no envio de soja à China, principalmente 2016 em função do cenário econômico interno do país asiático. Considerando a região do MATOPIBA, são enviados ao todo, 4,57 milhões de toneladas de soja para a China em

2015, valor que chega a 2,3 milhões no ano seguinte. Em 2017 há uma rápida recuperação desses índices, tendo havido um escoamento de 5,5 milhões de toneladas, dos quais 41,9% provenientes da Bahia. Em menor escala, a China também consome a carne bovina produzida no Tocantins: foram 182 toneladas adquiridas em 2017 após um hiato de 17 anos devido a barreiras fitossanitárias impostas pelo país asiático à carne brasileira. Em 2000, foram adquiridos 26 toneladas de carne (COMEXSTAT, 2018).

Com relação à compra de terras, conforme destaca Oliveira (2015), há dificuldades de obtenção de dados que, muitas vezes dependentes de trabalhos de campo para sua obtenção, não são revelados pelas empresas. Dentre várias fontes que vimos utilizando, optamos por apresentar aqui os dados levantados pela Rede DATALUTA. Os relatórios produzidos em 2015 e 2017 revelam diretamente três empresas com capital chinês que adquiriram terras nos estados do MATOPIBA: Bahia Speciality Cellulose S.A. na Bahia, destinada ao monocultivo de árvores; a Chongqing Grain Group, no mesmo estado, para o plantio de grãos e a COFCO Agri na Bahia para o plantio principal de cana-de-açúcar. Há ainda os empreendimentos da Chinatex, previamente citada, da Sanhe Hopefull que foram identificados pelo relatório mas sem a localização dos empreendimentos (DATALUTA, 2015; 2017).

Por último, destacamos alguns dos principais projetos de infraestrutura que estão sendo desenvolvidos por empresas de capital chinês nos estados do MATOPIBA: o primeiro deles é a construção de um Terminal Portuário de Uso Privado (TUP) em São Luís (MA) pela empresa China Communications Construction Company (CCCC). Há também na Bahia um projeto de construção portuária, mas este em conjunto com a Bahia Mineração (Bamin). Temos ainda um subprojeto da FIOLE (Ferrovia de Integração Oeste-Leste) que consiste na integração com o Porto de Ilhéus (Bahia) e de expansão da Ferrovia Norte-Sul, que amplia o número de produtores no raio de alcance da nova malha ferroviária, beneficiando produtores dos estados do Centro-Oeste do país para a região Norte, de onde partiria até o Peru, encontrando, então, saída para o Oceano Pacífico, conforme descreve reportagem da Folha de S. Paulo (WIZIAK, 2016). Os noticiários locais indicam ainda a realização de missões empresariais no Piauí e no Tocantins para a realização de futuros investimentos. No ramo energético, os boletins do Ministério do Planejamento identificaram investimentos em produção e transmissão de energia com linhas que cruzam parte dos estados do MATOPIBA, como a ampliação das linhas já presentes no Piauí.

Considerações Finais

Diante dos dados aqui apresentados, podemos concluir por ora que a China tem se apresentado como um dos principais agentes externos transformadores da estrutura espacial das principais regiões produtoras de grãos do Brasil, em especial daquela por nós estudada, o MATOPIBA. Contudo, o que apresentamos aqui é uma pequena parcela de uma gama de investimentos chineses que estão em fase de implantação em outras porções do território nacional com um único propósito, qual seja a dinamização das cadeias produtivas de grãos e a facilitação do escoamento do produto para o seu país, visando principalmente o atendimento da demanda interna por grãos que cresce exponencialmente desde meados do século XX, demandando uma longa caminhada de estudos e análises, principalmente face às incertezas que nos são apresentadas atualmente diante do cenário internacional, que traz no seu centro as tensas relações comerciais entre China e Estados Unidos.

Referências Bibliográficas

- BIATO JR, Oswaldo. *A parceria estratégica sino-brasileira: origens, evolução e perspectivas (1993-2006)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores; Fundação Alexandre Gusmão, 2010. Disponível em: < http://funag.gov.br/loja/download/899-A_Parceria_Estrategica_Sino-Brasileira.pdf>.
- BROWN, J. L. *Who Will Feed China? Wake-up Call for a Small Planet*. New York: W.W. Norton & Company, 1995.
- DATALUTA. Relatório – Brasil 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_relatorio_brasil_2015_publicado2016.pdf>.
- DATALUTA. Report – Brazil 2016. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/dataluta_brasil_en_2017.pdf>.
- COMEX STAT. Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/en/home>>.
- COMPANHIA Nacional de Abastecimento. Disponível em: <<https://www.conab.gov.br/>>.
- HOERING, Uwe; SAUSMIKAT, Nora. *Agriculture in China: Between self-sufficiency and global integration*. Essen, Germany: Asienstiftung / German Asia Foundation in cooperation with the EU-China Civil Society Network, 2011. Disponível em : <https://www.eu-china.net/uploads/tx_news/Agriculture_in_China_-_Between_self-sufficiency_and_global_integration.pdf>.
- MINISTÉRIO do Planejamento. *Boletim Bimestral de Investimentos*. Disponível em: < <http://www.planejamento.gov.br/assuntos/internacionais/boletim-bimestral-de-investimentos>>.
- NATIONAL Bureau of Statistics of China. *China Statistical Yearbook*. Disponível em : <<http://www.stats.gov.cn/english/Statisticaldata/AnnualData/>>.

NAUGHTON, Barry. *The Chinese Economy: Transitions and Growth*. Massachusetts Institute of Technology, 2007.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. Chinese and Other Foreign Investments in the Brazilian Soybean Complex. In: *BRICS Initiative for Critical Agrarian Studies (BICAS), Working Paper* 9, 2015. Disponível em: <https://www.tni.org/files/download/bicas_working_paper_9_oliveira.pdf>.

WIZIAC, Julio. China quer construir ferrovia atravessando o Brasil. Folha de S. Paulo, 26/11/2017. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/11/1938331-china-quer-construir-ferrovia-no-brasil.shtml>>.

UNITED STATES Department of Agriculture. China Agricultural and Economic Data. Disponível em: <<https://www.ers.usda.gov/data-products/china-agricultural-and-economic-data/>>.